

DO DILÚVIO À RESISTÊNCIA: HISTÓRIAS CONECTADAS E A ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA LUTA CONTRA A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ITAPIRANGA/SC (1978 – 1991)

FROM THE FLOOD TO RESISTANCE: CONNECTED STORIES AND THE ANALYSIS OF THE EXPERIENCE OF THE STRUGGLE AGAINST THE CONSTRUCTION OF THE ITAPIRANGA DAM/SC (1978 – 1991)

Rudinei José Cenci¹
Émerson Neves da Silva²

RESUMO: O presente artigo analisa o processo de resistência de comunidades rurais ao projeto de construção da barragem no município de Itapiranga/SC. O estudo utiliza a abordagem da História Global para compreender a conexão/interação do movimento de resistência com o cenário de internacionalização econômica ocorrida a partir da década de 1970, o qual demandou por parte do Estado brasileiro a modernização da matriz energética brasileira para responder à expansão industrial no país. O texto apresenta as singularidades dessa experiência de luta social, a qual contribuiu para a constituição da identidade coletiva do sujeito social atingido por barragem. De outra parte, é o único conflito registrado no país que teve êxito no impedimento à execução do projeto de construção de barragem.

PALAVRAS-CHAVE: Atingidos por barragens; barragem de Itapiranga; História global; Resistência Social.

ABSTRACT: This article analyzes the process of resistance of rural communities to the dam construction project in the municipality of Itapiranga/SC. The study uses the Global History approach to understand the

* O artigo é resultado de pesquisa desenvolvida pelos pesquisadores junto ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos Agrários, Urbanos e Sociais (NIPEAS/UFS) e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS), sem financiamento.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS), *campus* Chapecó. Docente da rede pública de ensino do município de Alpestre/RS. E-mail: rudijcenci@gmail.com.

² Doutor em História. Professor do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS), *campus* Chapecó. Coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Agrários, Urbanos e Sociais (NIPEAS/UFS). E-mail: emerson.silva@uffs.edu.br.

connection/interaction of the resistance movement with the scenario of economic internationalization that took place from the 1970s onwards, which required the Brazilian State to modernize the Brazilian energy matrix to respond to the expansion industry in the country. The text presents the singularities of this experience of social struggle, which contributed to the constitution of the collective identity of the social subject affected by the dam. On the other hand, it is the only conflict recorded in the country that was successful in preventing the execution of the dam construction project.

KEYWORDS: Affected by dams; Itapiranga dam; Global history; Social resistance.

Introdução

O presente trabalho analisa o processo de resistência social de comunidades rurais ao projeto de construção de uma barragem no “pequeno” município de Itapiranga, localizado no Extremo-Oeste de Santa Catarina. Essa resistência inicia a partir do anúncio do empreendimento e se estende até o objetivo ser atingido: o impedimento da sua execução.

O projeto de construção da barragem conectou Itapiranga ao processo global de internacionalização do capital através da inserção dependente na divisão internacional do trabalho.³ Nesse contexto, o desenvolvimento industrial baseado na atração de capitais transnacionais necessitava de condições de infraestrutura, em especial a segurança energética para a expansão da produção industrial.

Para estudar o objeto proposto, ou seja, o processo de resistência de comunidades rurais ao projeto de construção da barragem, utilizou-se a abordagem da História Global. Nessa perspectiva, a categoria conexão e interação colabora para a leitura histórica da reação popular à ação do Estado de construir uma Usina Hidrelétrica (UHE) na região de Itapiranga, situando essa proposta no cenário global de expansão e internacionalização do capital. Para Conrad (2019, p. 83), no lugar de centrar a análise historiográfica na macro

³ Sobre o tema ver: MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: integración y democracia*. Caracas: Nueva Sociedad, 1993. MARINI, RUY Mauro. *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis/RJ: Vozes; Buenos Aires: CLASCO, 2000.

comparações, os estudos do global enfocam a análise nas conexões, visando contemplar a fluidez e volatilidade com que as interações acontecem.

Para analisar essa relação, utilizou-se a metodologia da micro-história, problematizando, portanto, enquanto escala de análise a conexão/interação entre o local e global a partir da experiência de resistência do movimento de oposição à construção da barragem no território. Essa perspectiva teórica possibilita analisar as singularidades presentes no processo de conexão da expansão da modernização capitalista para o território em relação a um processo histórico global de estruturação da economia nacional na perspectiva transnacional do capital. Para Henrique Espada Lima (2006), a capacidade de integrar a singularidade da realidade histórica aos processos sociais de “grande fôlego e longo alcance” é uma das principais contribuições da micro-história para a abordagem da História Global. A abordagem metodológica empregada no estudo utiliza entrevistas com lideranças do movimento de resistência, atas, registros de reuniões e informativos produzidos pelos sujeitos envolvidos no conflito.

Ainda, é relevante destacar dois elementos. Trata-se da única experiência de luta social que impediu a implantação de uma barragem no país, ou seja, é uma mobilização social que inviabilizou até o presente momento a execução do projeto, através de uma diversidade de estratégias e ações sociais e políticas. De outra parte, a experiência de resistência também contribuiu para a constituição do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Apesar de não ser objetivo de discussão do texto, é importante ressaltar que a origem histórica do Movimento dialoga com o processo de interação dos resistentes com o Estado.

Destaca-se que a conexão entre as comunidades⁴ de Itapiranga com o cenário global de internacionalização capitalista ocorre através da integração estrutural do território ao projeto de desenvolvimento energético promovido pelos Militares. Para Conrad (2019, p. 131), a abordagem da História Global

⁴ O movimento de resistência à construção da barragem constituiu-se inicialmente a partir da mobilização das comunidades rurais que seriam atingidas pertencentes aos municípios de Itapiranga e do seu entorno.

coloca em evidência o exame das possibilidades de integração estrutural. Nessa perspectiva, é possível compreender que o território em conflito foi incorporado a um projeto nacional de desenvolvimento, o qual por sua vez está inserido no processo de internacionalização do capital.

Para o melhor entendimento do leitor, o trabalho divide-se em subtítulos. Primeiramente, inicia-se apresentando os principais antecedentes históricos que constituíram o conflito, visando contextualizar o objeto de análise: o conflito social gerado pela tentativa de implantação da UHE no município, o que causaria alagamento de parte significativa de comunidades rurais. Aqui está a relação da ideia de dilúvio, expressa no título, o impacto social e econômico da inundação causada pela edificação da barragem, determinando o deslocamento de famílias e perda de propriedades rurais. Em seguida, analisa-se o estabelecimento da resistência protagonizada, em sua maioria, pelos agricultores e agricultoras familiares. Esse processo de luta contribuiu para a constituição do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Por fim, apresenta-se detalhadamente os elementos sociais, econômicos e culturais que contribuíram para a constituição da resistência, em especial a experiência histórica das lideranças.

Dos Antecedentes históricos do conflito

O conflito social tem sua origem no projeto de construção da Barragem de Itapiranga/SC. Longe de ser uma iniciativa isolada, a proposta de construção da barragem estava inserida no contexto histórico marcado pela lógica de desenvolvimento econômica promovida pelos Governos Militares, sendo a alteração da matriz energética do país uma condição essencial para o desenvolvimento da indústria.

O Brasil tem o terceiro maior potencial hidrelétrico do mundo, atrás apenas da Rússia e da China. Conforme a Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, em 2010, estavam em operação no Brasil 2.209 usinas de geração de energia elétrica (UHE). Da capacidade instalada, 75,3% é proveniente de hidrelétricas, sendo 160 de grande e médio porte, e 333

Pequenas Centrais Elétricas-PCH. As demais fontes de produção (usinas eólicas, nucleares e termelétricas a gás natural, diesel, óleo combustível, carvão vegetal ou mineral, madeira e biomassa) são responsáveis pelos 24,7% restantes (LOCATELLI, 2012, p. 105).

De acordo com Espíndola (2009), o modelo energético implementado no Brasil com os governos Militares está ligado aos interesses das economias “desenvolvidas”, em especial dos países mais ricos da Europa e os Estados Unidos. O autor salienta que a transferência de grande parte da indústria pesada dos países hegemônicos, com destaque para as indústrias eletrointensivas, que utilizam grandes quantidades de eletricidade, para os países periféricos, principalmente os que apresentavam um bom potencial de geração de energia hidrelétrica ou termelétrica, intensificou a demanda de utilização de energia no Brasil; tendência que já podia ser verificada desde fins da década de 1950.

Ainda de acordo com Espíndola (2009), seguindo as diretrizes desta nova divisão internacional do trabalho, o governo militar brasileiro programou uma política de construção de grandes hidrelétricas, custeadas por um profundo endividamento externo. Estas, por sua vez, forneceram energia barata para as indústrias transnacionais e para os aglomerados urbanos que cresciam desordenadamente em decorrência do êxodo rural, fruto do aprofundamento das relações capitalistas no campo. As indústrias eletrointensivas das empresas transnacionais foram instaladas em grande número, o que levou os planejadores contratados pelo governo militar a projetarem novos aproveitamentos para o fornecimento de energia hidrelétrica, dentre eles os localizados na Bacia do Rio Uruguai.

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o governo brasileiro iniciou a construção da maior UHE do mundo no século XX, a UHE Itaipu Binacional, em aproveitamento do Rio Paraná. Segundo Benincá (2010), diante da construção da hidrelétrica de Itaipu/PR, os agricultores expropriados criaram o Movimento Justiça e Terra com a finalidade de reivindicar justa indenização de suas propriedades. O movimento estruturou-se a partir da assembleia

realizada no dia 16 de outubro de 1978 para discutir as indenizações insignificantes oferecidas pela construtora.

De acordo com Picoli (2012), a primeira hidrelétrica a ser construída na bacia do Rio Uruguai foi a UHE Passo Fundo, que entrou em funcionamento em 1973, no Rio Passo Fundo. A barragem foi instalada entre os municípios de São Valentim e Entre Rios do Sul/RS.

A construção dessa UHE gerou grandes contradições sociais, deixando um grande número de atingidos sem nenhum tipo de indenização. Picoli (2012) afirma que esses habitantes tiveram que se organizar para lutar pela terra.

Muitos posseiros e arrendatários- grupos que não receberam nenhum tipo de indenização por não possuir o título de propriedade, que dependiam das áreas de terras lindeiras ao rio que foram alagadas pelo reservatório, tornaram-se mão-de-obra ociosa, contribuindo para o aumento da pressão demográfica naquela região. Em conjunto com outros camponeses despossados por motivos diversos, no final da década de 1970, no alto Uruguai Sul riograndense e Catarinense, estes atingidos deram origem ao que viria a ser em 1985, o MST. (PICOLI, 2012, p. 92)

De acordo com Rocha, Pase & Locatelli (2014), no período das décadas de 1970 e 1980, é possível perceber a forma de tratamento dispensada à população atingida por barragens. O autor destaca que na primeira fase dos anos 1970, o caráter de implantação era dominante, pois se tentava colocar a barragem em operação independente dos meios que seriam utilizados.

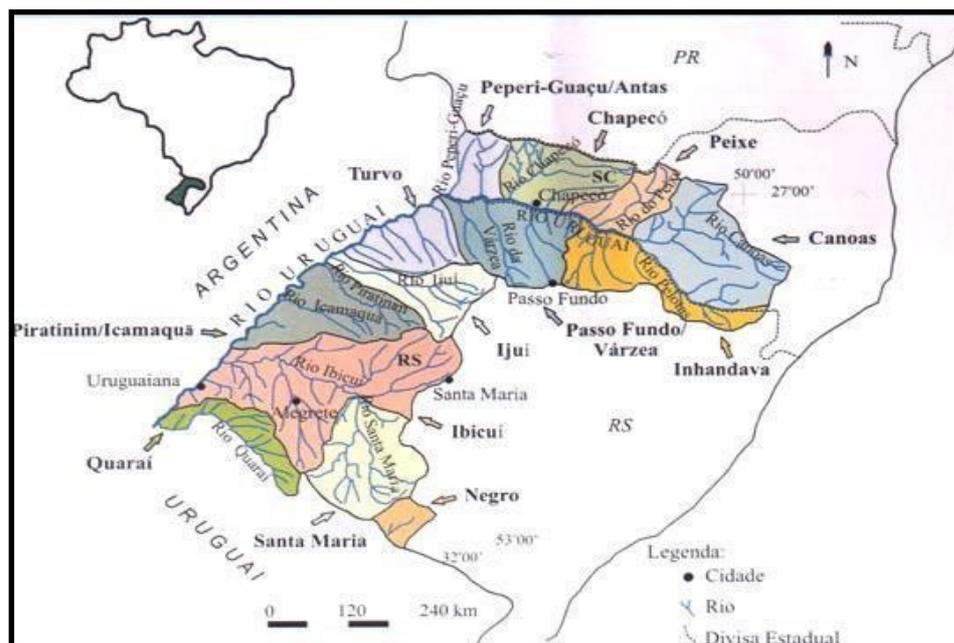
É pertinente destacar o caráter coercitivo do processo de implantação de barragens nesse período. Para Rocha (2012), a instalação de hidrelétricas implica no “deslocamento compulsório” de um grande número de pessoas nas respectivas regiões, e mesmo com mais de um século de hidroeletricidade no Brasil, ainda não existe uma legislação específica para o remanejamento populacional.

Dessa forma, a lógica do regime autoritário promoveu uma série de violações de direitos das populações atingidas. A política de remanejamento nem sequer era colocada em prática antes de inundar as áreas ocupadas pelos camponeses. Na bacia do Rio Uruguai, o caso mais conhecido nesse período foi

a construção da barragem de Passo Fundo/RS, que deixou um rastro de direitos violados. A obra, localizada entre os municípios sul-riograndenses de São Valentim e Entre Rios do Sul, gerou uma série de problemas sociais na região.

A Barragem de Itapiranga foi um dos primeiros projetos a ser pensado para a bacia do rio Uruguai. Ela fazia parte de um amplo projeto de produção de energia nos anos 1960. Encontra-se projetada entre os municípios de Itapiranga/SC e Pinheirinho do Vale/RS e previa um eixo de 560 metros de comprimento e 36 metros de altura. Seu reservatório seria de 61 km² com 110 km de comprimento. A barragem atingiria nesse projeto os municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Mondaiá no lado catarinense, além de Pinheirinho do Vale, Caiçara, Vicente Dutra e Vista Alegre no Rio Grande do Sul.

FIGURA 1 - A bacia hidrográfica do Rio Uruguai



Fonte: Mapa da bacia do Rio Uruguai. Disponível em <https://www.google.com/search?q=mapa+das+barragens+na+bacia+do+rio+uruguai+&tbm>. Acesso dia 28 de fevereiro de 2021.

O interesse pelo Rio Uruguai como fonte para a geração de energia parte dos anos 1960, ocasião em que foram efetuados os primeiros estudos visando um inventário hidroenergético da região Sul pela então empresa estatal ELETROSUL. Os estudos de inventário da Bacia do Rio Uruguai apresentaram

como resultado a possibilidade de construção de 22 barragens, sendo 19 para a geração de energia e 3 para a regulação de vazão. Entre as 22 barragens, previa-se como potencial a construção da UHE Itapiranga. (CENEC; ELETROSUL. Estudo de inventário hidroenergético da bacia do Rio Uruguai. Florianópolis: ELETROSUL, 1990.)

De acordo com Rocha, Pase & Locatelli (2014), entre os anos de 1980 e 1990, a ELETROSUL interessou-se pelo projeto de UHE em Itapiranga e estava com liberdade para iniciar e acompanhar o projeto com autorização do Ministério de Minas e Energia. Devido à reação desfavorável da população local, a ELETROSUL abandonou o projeto nesse período.

Nesse contexto, em reação ao avanço das UHEs hidrelétricas sobre os territórios pertencentes a camponeses e trabalhadores rurais, surge o sujeito histórico denominado de “atingido por barragens”, o que substanciará a organização do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Os conflitos e as diversas formas de violência em virtude das construções de hidrelétricas resultaram na organização dos moradores locais potencialmente prejudicados pela construção das barragens em todo o Brasil, com diferentes formas organizativas, mas com a mediação política de agentes da Igreja Católica.

Enfim, é nesse contexto de conflito no campo, em virtude dos projetos de construção de hidrelétricas no país, que está localizada historicamente a resistência social contra o empreendimento de Itapiranga, a qual mobilizou camponeses, trabalhadores rurais e urbanos e, inclusive, setores da elite da região. Essa resistência protagonizou, até o momento, a única experiência de luta social que impediu a construção de uma UHE.

A resistência

Na década de 1970, a pedido do governo federal, foram realizadas pesquisas para conhecer o potencial hidro-energético da região. Os levantamentos apontavam a possibilidade de se construir 25 UHEs, atingindo 77 municípios catarinenses e gaúchos e cerca de 200 mil pessoas.

As UHEs passaram a ser construídas no Brasil desde o final do século XIX; porém, o questionamento e as ações de resistência frente à construção desses empreendimentos se deram, de forma mais incisiva, a partir da segunda metade da década de 1970 do século XX. Organizações de resistência de atingidos se formaram frente à construção de um empreendimento hidrelétrico ou questionando projetos que previam a construção de várias UHEs em uma determinada bacia hidrográfica. Desta maneira, surgiram movimentos sociais isolados ou de abrangência regional, que passaram a questionar a política energética brasileira (FOSCHIERA, 2009, p. 31).

A partir do conhecimento deste megaprojeto, o conflito se instalou na região, dando origem ao processo de resistência social à implantação das UHEs, em especial à de Itapiranga. Dessa forma, originou-se o trabalho de informação e mobilização em toda a bacia do Rio Uruguai, fato confirmado por José Fritsch, liderança popular ligado à Igreja Católica no período:

[...] tinha um companheiro nosso de lá que também era vinculado à pastoral da juventude, lá da arquidiocese de Florianópolis e aí nós conversando que tinha essa informação, de o que fazer com ela? O que é atingido por barragem? O pessoal já tinha uma lembrança do que tinha acontecido em Itaipu, na construção da barragem de Itaipu, as barragens do Paraná, e aí o (Chiquinho Veríssimo) conseguiu de um amigo dele da Eletrosul de Florianópolis todo um documentário, tipo um caderno, um folheto publicado, onde mais ou menos tinha o plano das 22 (vinte duas) barragens a serem construídas aqui. E nós pegamos aquele livrinho transformamos em um mapa de Santa Catarina maior, nesse mapa de Santa Catarina a gente localizou todas as barragens, cidades próximas e tal, tiramos os slides, que a gente fazia os slides, tipo fotografia e tiramos fotografia do livro em parte e mais algumas explicações da história do que aconteceu na Itaipu da forma como foi Itaipu, grande parte do povo até hoje ainda não recebeu indenização né de agricultores e aquilo com aparelho de slide passando de município por município, paróquia por paróquia, comunidade por comunidade na beira do Rio mostrando o que ia acontecer, o que estava planejado. Aí o negócio pegou fogo né[...] quando os colonos viam isso ficavam apavorado, aí por conta disso fomos fazer reuniões nas comunidades. (FRITSCH, 2018)

Conforme o entrevistado, esse foi um dos primeiros passos na organização dos atingidos por barragens na região. As lideranças ligadas à Igreja organizaram reuniões nos municípios e comunidades para explicar o que estava sendo previsto e debater a situação com os ribeirinhos, visando construir uma ação conjunta dos atingidos.

Cabe destacar que o recurso da história oral foi utilizado para estudar a memória das lideranças sociais envolvidas no processo de resistência à implantação da UHE. Partimos do pressuposto de que a memória é um processo coletivo e social, o qual é produzido coletivamente e passível de flutuações, transformações e mudanças constantes, como afirma Pollak (1992, p. 02).

As entrevistas evidenciaram que a partir luta de resistência se configurou uma identidade coletiva assentada, entre vários fatores, na cultura religiosa das comunidades. Nesse sentido, Pollak destaca que é

perfeitamente possível que, por meio de da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada” (POLLAK, 1992, p. 02).

Na figura 02, abaixo, tem-se a ilustração do mapa de Santa Catarina, usado para fazer as reuniões nas comunidades. Chama atenção a referência do título do mapa a cultura religiosa da população, “Dilúvio Programado”. Na imagem, as regiões atingidas estão pintadas com lápis de cores diferentes para identificar os locais, contendo uma legenda com nomes das 22 barragens, o rio que a barragem fazia parte e a potência das UHEs projetadas.

FIGURA 02 - Mapa usado pelos atingidos nos 1980 para fazer reuniões nas comunidades



Fonte: Acervo pessoal.

Destaca-se a metodologia de mediação política produzida pelos agentes de pastoral e religiosos junto às famílias potencialmente atingidas pelas barragens. O diálogo estabelecido ocorre a partir de elementos representativos da cultura popular, em especial da religiosidade das comunidades. Como pode-se perceber no mapa acima, a relação estabelecida entre a narrativa bíblica do dilúvio e a iminente inundação causada pelas barragens é evidente.

É pertinente ressaltar que se utilizou a categoria de mediação política de acordo com o entendimento de Delma Peçanha Neves (1997), na medida em que enfatiza que essa categoria se refere à intervenção de mediadores, que objetivam conciliar o conflito existente entre os sujeitos históricos e o contexto exterior, estabelecendo acordos ou compromissos. Assim, o ato de mediação da luta dos atingidos contrapõe-se ao contexto socioeconômico em que a contestação da ordem vigente se faz necessária e as noções de direito e de cidadania devem ainda passar por um processo de internalização nos grupos antes mantidos em situações de exploração. Apesar da autora tratar da mediação política na organização de assentamentos e acampamentos do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, é possível utilizarmos seu caso para compreender o processo de resistência dos atingidos de Itapiranga, pois trata-se

de uma população rural que teve o seu território ameaçado pelo empreendimento da UHE e tiveram a mediação política de setores da Igreja Católica para se organizarem.

A presença da Igreja Católica na vida das comunidades de Itapiranga e da região oeste de Santa Catarina, além da forte manifestação da religiosidade popular, também se fez presente através das ações desenvolvidas por setores da Igreja. Em especial por meio da formação “política” promovida pela Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁵. Segundo Reis (2002), por iniciativa da CPT foi realizada uma primeira reunião para a discussão da problemática das barragens, e teve como encaminhamento mais importante a criação de uma “Comissão de Barragens”.

Para Arsélio Mossmann, (2018) uma das principais lideranças do processo de resistência à instalação da UHE de Itapiranga, o envolvimento da CPT foi significativo para o estabelecimento da consciência sobre a realidade social enfrentada no período e destaca como se deram os primeiros passos da resistência dos atingidos na região. Mossmann chegou à região em 1978, sua residência era na linha Jaboticaba/Itapiranga e, depois de 2 meses morando no local, foi convidado a participar de uma reunião da CPT em Chapecó:

Então naquela época do regime militar e era meio restrito, o povo tava meio reprimido e amedrontado não tinha coragem de se expressar, como eu tinha participado do exército eles achavam que eu era o líder ideal para fazer esse curso da Pastoral da Terra, daí fomos para Chapecó né, o Dom José Gomes deu várias palestras e falava que o povo tem que se organizar, tem que se expressar, contra as injustiças que estavam acontecendo com o regime militar, que livre expressão era proibido, os partido político era banido, então fui fazer o curso lá em Chapecó, oito dias ficamos lá no velho seminário. (MOSSMANN, 2018)

Mossmann, uma jovem liderança na sua comunidade no período inicial do conflito, relata que nesse curso teve acesso pela primeira vez à informação

⁵ As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgiram no Brasil como um meio de evangelização que respondesse aos desafios de uma prática libertária no contexto sociopolítico dos anos da ditadura militar e, ao mesmo tempo, como uma forma de adequar as estruturas da Igreja às resoluções pastorais do Concílio Vaticano II, realizado de 1962 a 1965. Cumpriu um papel importante na formação de lideranças e na organização social.

referente ao projeto das barragens e aos interesses dos sujeitos históricos beneficiados com a construção. Em síntese, esse encontro formativo, promovido pela Diocese de Chapecó, contribuiu efetivamente para a alteração da consciência de Mossmann, vejamos:

[..] e lá nós ficamos sabendo, pelos últimos dias que o bispo apresentou que o que tava vindo no Brasil, as empresas multinacionais estrangeiras, tavam querendo tomar o país né e como mais forte era uma empresa norte americana um projeto chamado Conesul né, que eles falaram que era um projeto de 25 grandes hidrelétricas na bacia do rio Uruguai e que isso ia atingir os pequenos agricultores e ia expulsar 200 mil famílias no projeto total [...] os grandes projetos eram para industrialização dos países desenvolvidos, das grandes fábricas poluidoras que lá não eram mais permitido para instalar ali no sul do país, que ali era um povo trabalhador, povo manso né, de origem europeia e nosso destino era ir na transamazônica né, para abrir outros campos de grande produção e alertaram nós que nós era só para mão-de-obra barata, servir de mão-de-obra barata, e também lá para abrir essas grandes florestas, para fazer grandes planícies para depois os grandes novamente assumir e nós ser de mão de obra e pão. (MOSSMANN, 2018).

Ao falar dos grandes projetos e das consequências, Mossmann destaca que através do aprendizado da Igreja a tarefa era apresentar na comunidade essa questão. E, dessa forma, iniciaram os grupos para organizar a resistência:

Então isso fez nós liderança se revoltar também de indignação de ver esses projetos faraônicos que os países estrangeiros se apoderar dos nossos rios, nossas famílias ser destruídas, nossas organizações da comunidade, isso nos revoltou e daí quando nós retornemo nas comunidades então era nosso compromisso de apresentar isso na comunidade, o que nós tinha aprendido a desejo do bispo aí eu foi na comunidade e apresentei isso né [...]. (MOSSMANN, 2018)

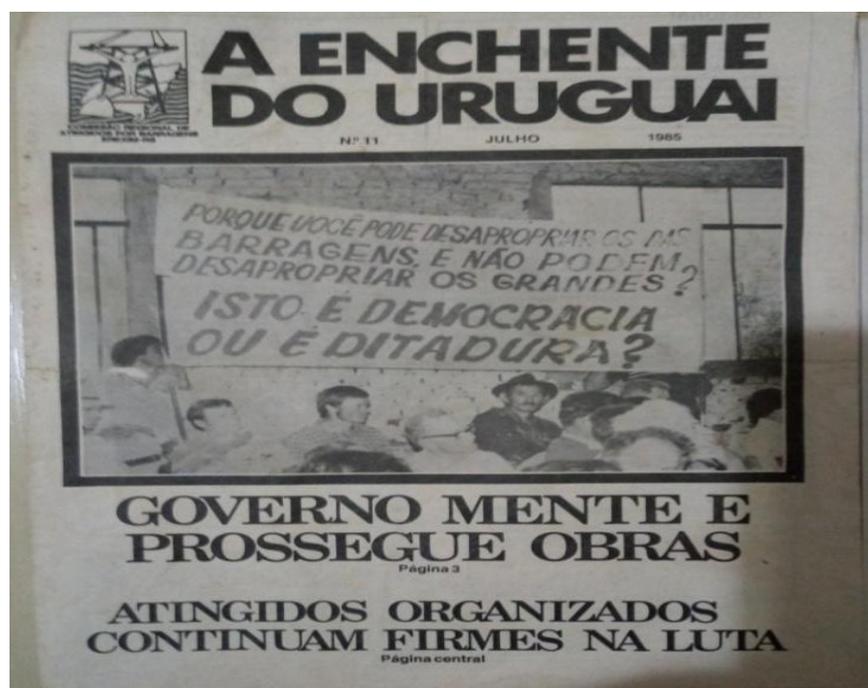
A CPT foi o grande instrumento para articular os atingidos na época, promovendo cursos de formação e estimulando para criar grupos de discussão nas comunidades. Dessa forma, formaram-se as comissões contra as barragens em diferentes locais da bacia do Rio Uruguai.

Mossmann relata, ainda, que com o apoio dos padres da época, em um

domingo, foram realizadas reuniões em 20 comunidades, dividindo as lideranças para que pudessem presidir as reuniões. Segundo ele, era preciso levar o ensinamento para as pessoas. Ao falar da primeira reunião da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), ele lembra que foi em 1979, no município de Concórdia SC, e que foi convidado a participar pela organização de Erechim/RS. De acordo com o entrevistado, existia um grupo em Erechim que estava organizado e ele esteve várias vezes naquela cidade participando de reuniões e cursos.

De acordo com o Boletim “A Enchente do Uruguai”, de julho de 1985, a história dos atingidos foi narrada até aquele período, destacando uma trajetória de 7 anos de organização. O periódico organizado pela CRAB destaca que, com algumas informações a respeito do projeto das 25 barragens, foi possível ir às comunidades e levar ao conhecimento da população. Apresentava, ainda, que a população não acreditava nesse projeto, e à medida que se tinha provas oficiais as dúvidas apareceram e vários problemas foram levantados na época, o que levou os atingidos a organizar sua comissão.

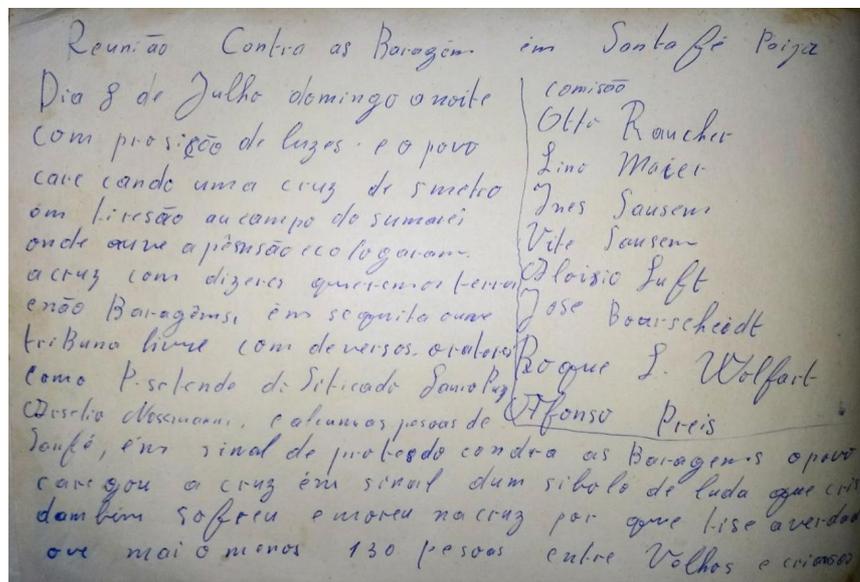
FIGURA 03 - Capa de jornal de 1985 informando ações dos atingidos



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Segundo Mossman (2018), a partir de 1978 várias reuniões aconteceram nas comunidades atingidas, com ajuda dos padres, pastores e presidentes de sindicatos. A primeira ação que marcou para ele, aconteceu na comunidade de Santa Fé Baixa (Itapiranga), onde foi feito um ato religioso e colocado uma cruz ao lado da capela. Na cruz, havia uma mensagem que dizia: “Queremos Terra e não Barragem”. Abaixo segue um registro do encontro ocorrido nesta comunidade; nele é descrito como aconteceu o ato religioso e listado o nome das pessoas escolhidas para fazer parte da comissão dos atingidos.

FIGURA 04 - Ata de reunião ocorrida em 1984



Fonte: Acervo pessoal.

Transcrição da Ata de reunião ocorrida em 1984 – Figura 04
 Reunião contra as barragens em Santa Fé Baixa
 Dia 8 de julho, domingo à noite, com procissão de luzes e o povo carregando uma cruz de 5 (cinco) metros em direção ao campo do Samuré, onde houve a bênção. E colocaram a cruz com dizeres, “queremos terra e não barragens”. Em seguida, houve tribuna livre com diversos oradores como presidente do Sindicato Lauro Paz, Arsélio Mosmam e algumas pessoas de Santa Fé. Em sinal de protesto contra as barragens, o povo carregou a cruz em sinal de um símbolo de luta, que cristo também sofreu na cruz porque disse a verdade. Houve mais ou menos 130 (cento e trinta) pessoas, entre velhos e crianças.
 Comissão: Otto Raucher, Lino Maier, Ines Sausem, Vito

Sausem, Aloisio Luft, José Bourcheidt, Roque L. Wolfert, Afonso Preis.⁶

Observa-se no registro que a Cruz era um símbolo de luta, um símbolo religioso que é transformado em sinal de protesto contra as barragens. Esse protesto contra a barragem com o lema “queremos terra e não barragens” simboliza o apreço pelo local e quanto é importante para os ameaçados lutar pela terra.

A atividade foi repercutida pelo *Jornal A Enchente do Uruguai*, de 1984 (apud MAB, 2018), o qual destaca que, para os atingidos de Santa Fé Baixa, no dia 8 de julho se comemora um ano em que foi colocada uma grande cruz no centro da comunidade, simbolizando o início da luta contra as barragens. Ainda no jornal, é noticiado que os moradores dessa comunidade se uniram em trabalho coletivo para fazer uma lavoura de milho de um hectare. Para isso, essas famílias se reuniram para fazer primeiramente o desmatamento desse hectare e, em seguida, fazer o plantio. Da mesma forma, as mesmas famílias se reuniram para fazer a colheita do milho e, ao final da tarde, encerraram com uma confraternização na comunidade, mostrando a união das famílias como um primeiro passo para a organização financeira da comunidade.

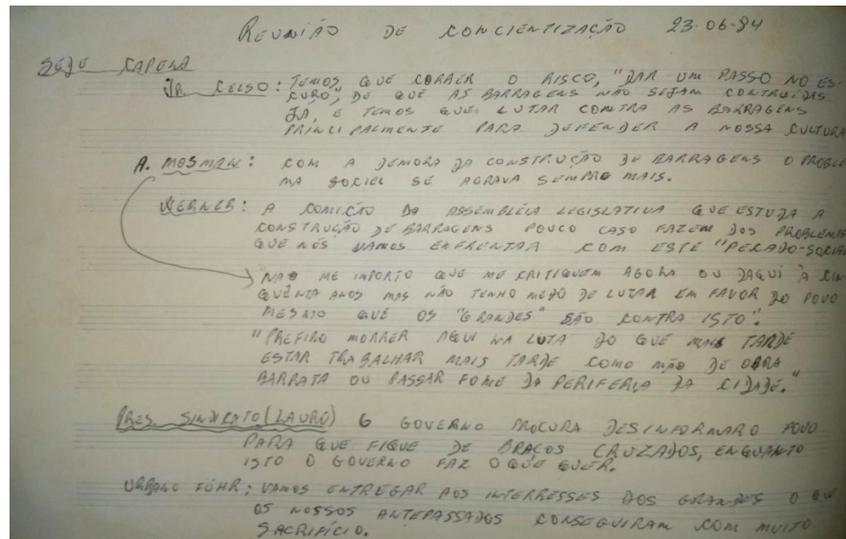
De fato, o Jornal, ao relatar o “espírito” coletivo da comunidade ao resistir ao projeto de construção da UHE, considera a Cruz edificada e a organização comunitária como elementos centrais da identidade social do grupo, que deve ser compreendida como uma referência para as demais. Salienta-se que o *Jornal A Enchente do Uruguai* é uma publicação da CRAB e tem como finalidade, além de socializar as informações pertinentes à realidade da região, servir de material formativo das consciências dos agricultores e agricultoras.

Já no livro de Atas das reuniões realizadas nas comunidades de Itapiranga, elaborado por Arsélio Mossmann, percebe-se a adesão significativa dos atingidos nas reuniões realizadas nas comunidades, a qual tinha o título sugestivo de “Reunião de conscientização e formação de comissão”. Nessas

⁶ A transcrição da ata observou a forma da redação original do texto.

reuniões, fazia-se esclarecimentos, formação da comissão da comunidade e também o convite para que todas as famílias aderissem à luta contra a construção da UHE, conforme ilustrado na Ata que segue:

FIGURA 05 - Ata de reunião ocorrida em 1984



Fonte: Arquivo pessoal de Arsélio Mossmann.

Transcrição da Ata de reunião ocorrida em 1984 - Figura 05
Reunião de conscientização 23/06/1984

Sede Capela

Irmão Celso: Temos que correr o risco "dar um passo no escuro", de que as barragens não sejam construídas já, e temos que lutar contra as barragens principalmente para defender nossa cultura.

A. Mosmam: Com a demora da construção das barragens o problema social se agrava sempre mais.

Werner: A comissão da assembleia legislativa que estuda a construção de barragens pouco caso fazem dos problemas que nós vamos enfrentar com este "pecado social".

A. Mosmam: Não me importo que me critiquem agora ou daqui a cinquenta anos, mas não tenho medo de lutar em favor do povo, mesmo que os "grandes" são contra isto! "prefiro morrer aqui na luta do que mais tarde estar trabalhar mais tarde como mão de obra barata ou passar fome na periferia da cidade".

Presidente do Sindicato Lauro: O governo procura desinformar o povo para que fique de braços cruzados, enquanto isso o governo faz o que quer.

Orbano Führ: Vamos entregar aos interesses dos grandes o que os nossos antepassados conseguiram com muito sacrifício.

A Ata da figura 05 firma o posicionamento contrário do grupo à construção da barragem e também a consciência que expressavam enquanto trabalhadores, de que a barragem geraria consequências sociais e culturais. Além disso, todas as falas registradas reafirmavam a importância de resistir à construção da UHE.

De outra parte, O *Jornal A Enchente do Rio Uruguai* (apud MAB, 2018) destaca que a luta dos atingidos nessa região iniciou em 1984 com uma concentração na Praça de Itapiranga, organizada pela Comissão Regional de Atingidos por Barragens - CRAB com apoio dos Sindicatos e da Igreja. Nota-se que para essa comissão, esse era um dos primeiros encontros, mas através dos relatos dos entrevistados e do livro de atas evidencia-se que os atingidos vinham se organizando desde 1978. Isso demonstra que houve o desenvolvimento de uma experiência de luta marcada pela participação popular capaz de envolver diversas comunidades e entidades, a qual culmina com a constituição da organização da CRAB, visando articular melhor o sujeito histórico dos atingidos na região da Bacia do Uruguai e, posteriormente, o próprio Movimentos dos Atingidos por Barragens em uma dimensão nacional.

A primeira grande reunião com a Eletrosul aconteceu no dia 17 de outubro de 1984 na comunidade de Sede Capela Itapiranga. A reunião fez parte da capa do *Jornal Informativo Agropecuário de Itapiranga* (apud MAB, 2018), com foto da reunião dizendo que participaram mais de 1.000 pessoas. A reunião contou com a presença de 7 engenheiros da Eletrosul, teve início às 9 horas da manhã e terminou às 13 horas e 15 minutos. O jornal cita que “[...] a reunião em certos momentos tornou-se tensa e houve incidentes verbais [...] os agricultores avisaram a Eletrosul: não tragam as máquinas que nós não vamos permitir a construção da barragem. Preferimos morrer a perder nossas terras nesta obra faraônica”.

Ao falar dessa atividade, Mossmann (2018) relata que juntamente com o presidente do Sindicato que coordenou a reunião, muitas pessoas participaram e

quatro prefeitos da região estiveram presentes. Mesmo sem experiência em conduzir esse tipo de atividade, deixaram os representantes da empresa sem condições de justificar a construção da barragem, questionando sobre o tratamento que a população atingida teria caso fosse construída a barragem.

[...] eu me lembro das primeiras atitudes daquela reunião, daí vieram os engenheiros com os rolos de mapas embaixo do braço né, do projeto Itapiranga [...] para apresentar para o povo. Pensei nós começar assim já se entregando, daí já entreguemos a Lala, daí pensei não vai acontecer nada disso [...] para começar a reunião eu falei, antes que eles abrissem o mapa, eles não vão abrir nenhum mapa, primeiro eles tem que abrir um mapa e mostrar onde é o destino deste povo? Né!, onde é que nós vamos ser expulsos daqui? onde é nossa terra? nós vamos ter nosso colégio agrícola? onde é que nós vamos ter nossa escola? nossa igreja? nossa cooperativa? e isso eles tem que apresentar primeiro!, onde é que vai ser nossa terra? Antes que eles abrissem o mapa do projeto, se eles tiver esse mapa podem abrir. Um se olhou para outro pra lá e para cá, faze o que né? (MOSSMANN, 2018)

O entrevistado lembra que, através das informações que eles tinham sobre o projeto da barragem, contestavam os dados apresentados pelos engenheiros. E relata como foi tensa a reunião.

Eu era presidente da mesa né! Daí convidamos eles, eles apresentaram alguma coisa. [...] eu me lembro que o professor Pedrosa tinha um amigo lá, já tinha um escritório lá em Erechim né, então eles tinham... mais tarde depois eu consegui o livro, mas eles tinham amizade com esse funcionário, ele passou um livro para eles, que eles tiravam os prazos, do Xerox da bacia do rio Uruguai, então quando eles falavam uma coisa que a bacia era assim, não é tanto, eu tinha informação eu abria a pasta enfiava lá dentro, puxava a fola desses números e nós temos informação da mesma Eletrosul onde diz que a barragem vai ser dessa altura, de 50 metros de 5 turbinas, que cada turbina iria produzir tanto de energia, o lago seria de mil e quinhentos metros de largura, de 150 metros, agora não me lembro de comprimento, me fugiu da memória, de tanta potência e eles vem ali e querendo enganar o povo, essa ali é a informação da própria Eletrosul de Florianópolis e Erechim, como é que eles vêm nos mentindo ali? E eles se olhavam como é que esse cara tem essas informações né, e eles não conseguiram penetrar no povo e conquistar apoio do povo, e foi e foi e os caras não se ariscaram mais, nem, apertado para ir no banheiro, nem se ariscavam mais. Porque o banheiro era no

segundo andar, a sociedade era de dois piso né. (MOSSMANN, 2018)

Ainda no decorrer da reunião, Mossmann relata que foi aberto para o povo falar, porque era um ensinamento da pastoral deixá-los se manifestarem. Segundo ele, o povo questionava bastante, chegando ao ponto de um representante levantar e dizer:

[...] se é assim nós vamos se retirar de Itapiranga, aqui não dá para construir barragem, eu tenho 15 anos de engenheiro de hidrelétricas no exterior e aqui no Brasil e eu nunca vi um povo tão feroz contra a barragem que nem aqui. Todo mundo é contra faze o quê? Os prefeitos tinham que na marra se apresentar! Você é a favor ou contra? O povo pediu né! O prefeito de Itapiranga é contra ou a favor? Sem querer ele tinha que dizer que era contra porque senão ele ia apanhar (risos) não eu sou contra. Então que argumento a Eletrosul tinha para continuar a reunião, pediram pelo amor de Deus para parar. (MOSSMANN, 2018)

Através desse ocorrido, percebe-se que era muito forte o posicionamento contrário à barragem da população na região. Estavam muito preocupados com a questão das terras e suas estruturas comunitárias, pois o sentimento de perda de tudo isso fazia com que lutassem fortemente para defendê-las.

O *Jornal Informativo Agropecuário de Itapiranga* (outubro de 1984, apud MAB, 2018) informou que foram erguidas cruces nas esquinas das comunidades de Chapéu, Macuco, Catres, Sede Capela e Fortaleza, em protesto contra a barragem. Em uma das cruces o tema era “A nossa união termina com a barragem”. Em outro trecho do jornal, o informativo reproduz a fala do representante da comunidade de Chapéu, Eugênio Lottermann: “Conclamo a todos para que nos unamos e juntos formemos uma força para que o capitalismo egoísta não nos consiga vencer, mas sim, mais uma vez, tenha que ceder o passo a justiça e, conseqüentemente, à paz e ao progresso”.

Abaixo, uma foto das cruces que eram colocadas como símbolos de resistência. Uma delas com datação de 1985, na comunidade de Catres, Mondai/SC. Outra plantada em 2004, marcando outro passo de resistência.

FIGURA 06 - Imagem das cruzes colocadas como símbolo de resistência

Fonte: Arquivo MAB.

Na contracapa do *Jornal Informativo Agropecuário de Itapiranga* de outubro de 1984 (*apud* MAB, 2018), foi apresentada uma matéria com o título: “Sindicatos entregam documento com 1 milhão e 200 mil assinaturas contra as barragens”. Nessa matéria foi destacado o documento com o abaixo-assinado, entregue ao Presidente da República, ao Ministro extraordinário para assuntos fundiários, Eletrobrás, Eletrosul e governos do estado de SC e RS, pedindo para que o governo não levasse mais adiante o projeto de construção das 25 barragens na Bacia do Rio Uruguai. José Fritsch lembra que, para conseguir marcar a reunião em Brasília para entregar o documento com o abaixo-assinado, tiveram que fazer mobilização e ocupar o escritório da Eletrosul em Erechim/RS. Nesse documento, os atingidos argumentaram os motivos pelos quais eram contra as barragens.

Os principais argumentos descritos no jornal eram de que as autoridades entendessem que havia uma sobra de energia naquele período; que percebessem o discurso contraditório de outras barragens já construídas (que diziam melhorar a qualidade de vida da população, mas na prática pioravam as condições de vida das famílias, gerando perda de cultura, escolas e Igrejas); que não havia um projeto de reassentamento das famílias; que não concordavam com o

deslocamento e exploração dos trabalhadores rurais, das colonizadoras do norte do país, evitando choque de hábitos de vida, clima e outros; que essa atitude era um descaso com os índios, a destruição de sua cultura sem o menor respeito pela vida; e que a respeito da questão ecológica deveria prezar-se pela continuidade da existência da vida, bem como da vegetação natural da região e alta fertilidade do solo.

Os manifestantes argumentavam também sobre o desequilíbrio que provocaria entre a fauna e a flora, destruindo espécies vegetais raras e animais aquáticos que se desenvolvem na água corrente. Entre outros argumentos, destacava-se que com a barragem aumentariam o desemprego e a violência; a poluição dos rios; endividamento interno e externo; lucro para as empresas multinacionais; diminuição da terra de produção de alimentos; diminuição da iniciativa da população com os grandes projetos na busca de fontes alternativas de energia; isolamento de regiões e concentração do controle energético.

Percebe-se que, através desses argumentos contrários, o povo estava consciente das contradições do setor elétrico vigente nesse período e dos problemas que poderiam ser causados na região de Itapiranga.

De acordo com Mossmann, outra forte concentração foi realizada no município de Riqueza/SC. Relata que foram com três caminhões cheios de gente de Itapiranga para arrancar todos os marcos que a Eletrosul havia colocado na barranca do rio. Segundo ele, ninguém sabia quando haviam sido colocados. No entanto, o povo sabia onde estavam e se dirigiram até lá. Arrancaram os marcos e os jogaram de cima da ponte de Iraí/RS para dentro do rio. A ação é lembrada também pelo Pastor Günter Adolf Wolff:

Em 84 e 85 foi todo um movimento de arranque dos marcos, em 25 de julho de 85 [...] tinha uma concentração aqui na Santa Lúcia (Palmitos) e foi levado 3 marcos e jogados no Rio Uruguai [...] como forma de protesto né, e vinha muita gente, [...] ninguém vinha de ônibus, pessoal vinha de caminhão, cheio de gente, 50, 60 pessoas em cima empilhado, gritando pelo caminho e descendo costeando o rio, o pessoal sabia, aqui tem um marco, ali tem um marco. Iam lá arrancando e jogando no rio. (WOLFF, 2018)

Mossmann (2018) fala na entrevista o quanto o povo estava bem

organizado e relata outra atividade importante que aconteceu em Itapiranga na luta contra a barragem. O presidente da Eletrosul e o senador da época, Bornhausen, vieram a Itapiranga fundar o Partido da Frente Liberal- PFL, conforme seu depoimento:

[...] aconteceu mais uma grande reunião que impactou para nós ter um sentimento que essa barragem não ia sair mais. Veio uma vez uma notícia de um radialista, era amigo meu também e veio dizendo que hoje à noite, imagina como o povo estava organizado, pelas quatro e meia ele passou na minha casa e disse que hoje à noite vai vim o presidente da Eletrosul e o senador [...] o Bornhausen, vinha a Itapiranga formar o Partido PFL, [...] era o momento de fazer um protesto hoje à noite e eu fui então, peguei meu carro e fui avisar, o presidente, avisar a minha comunidade e dei o recado e você vai organizar essa comunidade e eu fui lá ainda ligeiro com nosso secretário que era professor universitário ele bateu os documento para o ato de hoje à noite que nós ia apresentar [...] daí de noite fumo lá em Itapiranga às 5 horas e reunimos mais que 350 pessoas, hoje tu imagina hoje? caminhão cheio de Chapéu veio a Itapiranga né, de momento porque era o presidente da Eletrosul, é o inimigo nosso né ! Pronto! (MOSSMANN, 2018)

O entrevistado detalha como aconteceu o ato nessa reunião partidária: os atingidos fizeram a intervenção com gritos e diziam “Fora Eletrosul, povo de Itapiranga não quer barragem”. Os atingidos presentes solicitaram o microfone e fizeram diversas falas contra a construção da barragem. Em seguida, passaram a palavra para o presidente da Eletrosul, mas como ele falou que primeiro iriam discutir sobre política, os moradores se levantaram e saíram da reunião. Mossmann (2018) cita um fato interessante que aconteceu: “[...] todo mundo se levantou e fomos se retirando e o povo que vinha na reunião, disseram terminou a reunião? Sim, terminou! e esse povo também saiu junto, terminou, ficaram só eles lá na mesa (risos)”[...].

Através das ações relatadas acima, observa-se que a resistência era muito forte. Qualquer atividade da Eletrosul ou de representantes era motivo de marcar posição e mostrar que os atingidos eram contra a barragem. Tudo isso representava a organização e consciência que as pessoas possuíam na defesa de território e que tinham claro quem era seu “inimigo”.

Para Fritsch (2018), a organização era muito forte e discutiam não só

assuntos da barragem, “[...] mas também discutia a conjuntura, os problemas do governo, porque tinha problema de banco, porque não tinha crédito, então transpassava, todas outras lutas também passava pela luta da organização das barragem [...]”.

Para o entrevistado Günter Adolf Wolff (2018), o processo de mobilização e formação criou consciência para as lideranças de Itapiranga:

[...] eles têm, têm uma consciência mais elevada né, mais clareza, que vai além da defesa da sua própria terra, porque se a gente vê o discurso de alguns, eles têm o discurso de esquerda né! Por quê? porque nesse período nesse período de 30 anos de luta eles participaram de muita mobilização, participaram de muitos encontros de formação que o MAB fez e aí o pessoal vai aprendendo e vai vendo que o problema todo é o capitalismo, que a barragem é apenas uma parte do capitalismo, que a energia é essencial na reprodução do capitalismo e alguns têm o entendimento de que a gente precisa construir uma sociedade socialista, mas a grande massa não, creio que não. Mas isso é o avanço que o processo de luta de massa traz consigo, que cria consciência de classe entre os atingidos. (WOLFF, 2018)

Ao mencionar a organização dos atingidos, é importante destacar que durante os primeiros passos desse movimento, surgiu através da criação da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens- CRAB.

Segundo a cartilha da CRAB intitulada “Nossa história em debate”, a CRAB foi fundada com a finalidade de unir a luta dos atingidos pelas várias barragens que estavam no projeto em 1979. E a partir dessa data, esse seria o instrumento de organização e luta daqueles que fossem assumindo a CRAB. Seu principal *slogan* nesse período era caracterizado pela luta de resistência na terra, com o tema “Terra sim, barragens não”. A cartilha destaca ainda que as reivindicações, abaixo-assinados, manifestações públicas, a estruturação do movimento em comissões locais, municipais e regionais, as audiências, articulações nacionais e internacionais fizeram com que a organização dos atingidos fosse reconhecida pela sociedade civil e pelo governo.

A CRAB se designava como um movimento popular autônomo, que visava reunir, esclarecer e organizar os atingidos direta ou indiretamente pelas

barragens e obras complementares pré construídas ou projetadas na bacia do Rio Uruguai, para a defesa de seus direitos, sem fronteiras de países, cor, sexo, religião ou opção político-partidária.

Em 1989, a identidade da CRAB era entendida como um conjunto de cinco regiões organizadas: região I - barragem de Itá e Machadinho; região II - barragens de Itapiranga e Iraí; região III - barragens de Lages e Vacaria; região IV - barragens dos rios Chapecó e Chapecozinho e região V - barragens binacionais.

Através da análise de documentos da CRAB, é possível identificar que, no final dos anos 80, o movimento estava empenhado na estruturação da Comissão Nacional de Atingidos por Barragens, pela necessidade de se articular nacionalmente e internacionalmente. Dentre as avaliações da sua 4ª Assembleia em 1989, era motivo de preocupação o fato de que o movimento permaneceu na luta de resistência e pouco avançou no sentido de exigir dos órgãos responsáveis alternativas para o setor energético. Para responder esse e alguns desafios ainda maiores, se colocava naquele momento a necessidade da reestruturação do movimento, no compromisso de pensar alternativas para o setor energético, com participação popular e preservando o homem e a natureza. Conforme processo histórico do MAB:

As experiências de luta local foram extremamente importantes e desencadearam em um processo de articulação. Em 1989, foi realizado o **Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens**, que contou com a participação de representantes de várias regiões do País. Foi um momento onde se realizou um levantamento global das lutas e experiências dos atingidos em todo o país. Foi então decidido constituir uma organização mais forte a nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens. (MAB, 2018)

Essa atividade de caráter nacional deu início a uma organização mais ampla e articulada, permitindo que dois anos mais tarde fosse realizado o I Congresso dos Atingidos de todo o Brasil, em março de 1991, onde se decidiu que o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, deveria ser um movimento nacional, popular e autônomo, organizando e articulando as ações

contra as barragens a partir das realidades locais, à luz dos princípios deliberados pelo Congresso.

Diante do cenário de mobilização popular, a Eletrosul optou em deslocar o interesse de construir barragens em regiões com “menor” conflito social. (LETURCQ; FUSIEGER; SANTOS *apud* ROCHA; PASE; LOCATELLI, 2014). A atuação das comunidades criou um ambiente “hostil” ao empreendimento, alterando o foco da estratégia do Estado para territórios que possuíam menor “risco” de resistência ao empreendimento.

A resistência em Itapiranga impediu a construção da barragem. É possível considerá-la enquanto uma interação das comunidades com o processo de internacionalização global do capital, que ameaçava desterritorializá-las através da construção de barragens. A partir dessa interação, se estabelece um processo de constituição de identidade coletiva, coesão social e consciência de classe que modula a configuração do novo sujeito social denominado de “atingido por barragem”.

Considerações finais

O processo global de internacionalização do capital, intensificado na década de 1970, é um dos principais indutores do modelo de desenvolvimento implementado no Brasil no período. Esse processo estabeleceu a alteração do padrão da geração de energia através da construção de barragens e UHEs.

A expansão dos empreendimentos de barragens gerou um intenso impacto social e ambiental nos territórios que receberam esses empreendimentos. A experiência de Itapiranga expressa a conexão da história das comunidades presentes no território com o movimento de expansão global do capital.

A interação do movimento de resistência à construção da barragem com o Estado produziu uma experiência singular no país, a única mobilização social que teve êxito no propósito de evitar a construção da barragem. De outra parte, os recursos táticos e estratégicos utilizados na luta foram constituídos a partir das características culturais e sociais presentes no território, como, por

exemplo, a cultura comunitária representativa das comunidades camponesas, na qual o elemento religioso foi um elemento relevante de coesão sociopolítica.

Nessa perspectiva, as ações da Comissão Pastoral da Terra e da Diocese de Chapecó substanciaram a tomada de consciência das lideranças do movimento de resistência à construção da barragem, fortalecendo, dessa forma, as ações coletivas que produziram a identidade do grupo. De outra parte, existia uma cultura organizativa das comunidades forjada desde o início da colonização pelos imigrantes de famílias de origem europeia, em especial, alemã. Essa experiência de coesão social é materializada através da vivência religiosa nas capelas, paróquias e comunidades.

Essas características sociais e culturais presentes no território e na experiência de resistência às barragens e interação das comunidades, a partir do olhar da micro-história, evidenciam elementos singulares presentes no processo de luta. A forte justificativa da ideia de progresso, utilizada pelo Estado para convencer as comunidades das regiões que recebiam as barragens, não logrou êxito em Itapiranga. A luta de resistência contou com a adesão de setores que não teriam terras afetadas diretamente, setores urbanos e empresarial, além do apoio das prefeituras do território.

Na verdade, se estabeleceu uma coesão social que congregou pessoas de diversos setores sociais e econômicos, substanciando uma identidade coletiva baseada na cultura comunitária e no receio de desarticulação dessa forma de vida cotidiana.

A experiência de resistência de Itapiranga também contribuiu no seu início para a formação do Movimento dos Atingidos por Barragens, sujeito social que, a nível nacional, atua junto às comunidades atingidas.

Longe de fechar a discussão, o presente texto problematizou a conexão da experiência exitosa de resistência à construção da barragem de Itapiranga com o processo global de internacionalização do capital e modernização capitalista do Brasil promovido pelos Militares, enfocando como se constituiu o movimento de luta e suas interfaces com o social, o econômico e o cultural no território.

Referências

AGRICULTORES discutem barragem com ELETROSUL. **Jornal Informativo Agropecuário**. Itapiranga. Nº 31, capa, outubro de 1984.

ANEEL, **Matriz energética**. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/cmpf/gerencial>: Acesso em: 20 de setembro de 2020.

COMISSÃO REGIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (CRAB). **Nossa história em debate**. Erechim: Gráfica Viane, 1989.

COMISSÃO REGIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (CRAB). **A Enchente do Rio Uruguai**. Boletim, ed. Nº 11, Erechim, 1985.

COMISSÃO REGIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (CRAB). **A Enchente do Rio Uruguai**. Boletim, ed. Nº 20, Erechim, 1988.

COMISSÃO REGIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (CRAB). **A Enchente do Rio Uruguai**. Boletim, ed. Nº 23, Erechim, 1988.

COMISSÃO REGIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (CRAB). **A Enchente do Rio Uruguai**. Boletim, ed. Nº 28, Erechim, 1989.

CONRAD, Sebastian. **O que é história global**. Lisboa: Edições Almedina, 2019.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil**. Tese de Doutorado em Geografia. Presidente Prudente: UNESP, 2009.

FRITSCH, José. **José Fritsch**: depoimento. Entrevistador: Rudinei José Cenci. Chapecó: UFFS, 2018.

LIMA, Henrique Espada. No baú de Augusto Mina: o micro e o global na história do trabalho, **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 571-595, jul./dez. 2015.

LOCATELLI, Carlos. **Comunicação e Barragens: O poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação de hidrelétricas**. Florianópolis: Insular, 2014.

LOCATELLI, Carlos (org.). **Barragens Imaginárias: A construção de hidrelétricas pela comunicação**. Florianópolis: Insular, 2015.

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/content/quem-somos>. Acesso em 13 de junho de 2018.

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. **Sobre o MAB**. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/historia>. Acesso em 13 de junho de 2018.

Mapa da bacia do Rio Uruguai. Disponível em <https://www.google.com/search?q=mapa+das+barragens+na+bacia+do+rio+uruguai+&tbm>. Acesso dia 28 de fevereiro de 2021.

MOSSMANN, Arsélio. **Arsélio Mossmann**: depoimento. Entrevistador: Rudinei José Cenci. Itapiranga: UFFS, 2018.

PICOLI, Bruno Antonio. **Sob os Desígnios do Progresso**. Xanxerê: News Print Gráfica Editora Ltda., 2012.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212.

REIS, Elisa. Modernização, cidadania e estratificação. In: BETHELL, Leslie. **Brasil**: fardo do passado, promessa do futuro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ROCHA, Humberto José. Integração desintegradora: a trajetória de projetos hidrelétricos desde a IIRSA até as comunidades locais. **Mural Internacional**, v. 3, n. 1, junho, p. 30-6, 2012.

ROCHA, Humberto José. **Relações de poder na instalação de hidrelétricas**. Passo Fundo. Ed. UPF, 2013.

ROCHA, Humberto José; PASE, Hemerson; LOCATELLI, Carlos (orgs.). **Políticas públicas e hidrelétricas no sul do Brasil**. Pelotas: Editora da Universidade de Pelotas, 2014.

THOMPSON, Edward Palmer. Intervalo: A Lógica Histórica. In: THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da teoria**: Ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases? In: THOMPSON, Edward Palmer. **Tradición, Revuelta y Consciencia de classe**: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa** (volumes I, II e III). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes Em Comum**: Estudo Sobre Cultura

Popular Tradicional. São Paulo: Companhia Das Letras, 1988.

THOMPSON, Edward Palmer. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In.: NEGRO, Antonio Luidi; SILVA, Sergio (orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.

WOLFF, Günter Adolf. **Günter Adolf Wolff**: depoimento. Entrevistador: Rudinei José Cenci. Palmitos: UFFS, 2018.

Recebido em: 13 de novembro de 2022

Aceito em: 29 de maio de 2023